



TELMO VERDELHO

Academia das Ciências de Lisboa & Universidade de Aveiro

Dicionarização da língua portuguesa: retrospectiva crítica

A língua portuguesa foi objeto de elaborações dicionarísticas parcelares e ocasionais desde a Idade Média, no início da sua adequação à escrita, praticadas como exercícios auxiliares da aprendizagem e uso do latim. Bastante mais tarde, no âmbito da pedagogia humanista, foi publicada a primeira alfabetação geral do léxico português (Jerónimo Cardoso, *Dictionarium ex lusitano in latinum sermonem*, 1562), retomada e ampliada no século XVII, como manual escolar no ensino dos jesuítas (Bento Pereira, *Tesouro da língua portuguesa*, 1647). No começo do século XVIII, o teatino francês Rafael Bluteau ofereceu à língua portuguesa a sua mais importante referência lexicográfica, um monumental *Vocabulário* em dez volumes publicados entre 1712 e 1728. Nele se encontra coligida a maior parte da informação linguística sistematizada no primeiro dicionário moderno da língua portuguesa, publicado em 1789 por António de Morais Silva, nativo do Rio de Janeiro.

O dicionário tornou-se uma condição imprescindível para o funcionamento das línguas modernas: apoia a memória no alargamento da massa lexical, no apetrechamento dos recursos de expressão, no esclarecimento e desambiguação semântica, e na referência e padronização dos usos.

A dicionarização da língua portuguesa ocorreu no quadro de uma confluência trilingue (latim, castelhano e português). Até 1562 toda a aprendizagem humanista em Portugal era suportada por dicionários espanhóis. O dicionário, português-latim, introduzido no trânsito escolar e na produção editorial, foi fator preponderante na diferenciação e autonomia do português em relação à sedução centrípeta do espanhol. Em todo o caso, o convívio interlinguístico, especialmente a interação com o latim e o castelhano, garantiu uma ampliada abrangência do mosaico lexical da língua portuguesa, favoreceu a escrita funcional, a produtividade literária, a criação poética, e não prejudicou a singularidade linguística do português como língua universal, aberta para a expressão de várias identidades nacionais.